

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA NEUROPSICOPEDAGÓGICA FRENTE ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DE CRIANÇAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA.

Edson Santos Barbosa - edsonbarbosa.educ@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1624-5446>.

Pós-graduado em Neuropsicopedagogia Escolar pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA); Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Jéferson Felipe Gagliato - educ.prof.gagliato@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0649-6161>.

Docente do Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE). Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Resumo: O presente artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Neuropsicopedagogia Escolar pela Faculdade Adventista da Bahia. A pesquisa que tem por objetivo compreender o processo de formação de professores da educação básica frente ao processo neuropsicopedagógico e as relações étnico-raciais de crianças negras com deficiência. Neste intuito, nossa principal intenção é conhecer e dialogar sobre as contribuições da Neuropsicopedagogia para o processo de formação inicial e continuada de professores que atuam como alunos duplamente estereotipados estigmatizados pelas questões sociais frente a deficiência, que por vezes impossibilita o seu desenvolvimento social e cognitivo. A metodologia que tornou possível a produção textual como resultado este trabalho caracteriza-se pela realização de revisão bibliográfica que emerge de uma pesquisa de natureza qualitativa. Portanto, o resultado desta pesquisa, colabora para o entendimento de que os professores da educação básica, ao se depararem com alunos negros e com necessidades educacionais especiais e/ou deficiências necessitam revisitar o habitat à docência munindo-se das colaborações das neurociências, em especial a Neuropsicopedagogia, mas se desvencilhando de quaisquer formas de discriminação. Além de perceber os indivíduos negros em sua totalidade e refletindo a importância de sua posição de agente modificador das realidades destes alunos que convivem com as interseccionalidades das deficiências e as questões étnico-raciais.

Palavras Chave: Formação Docente. Neuropsicopedagogia. Relações étnico-Raciais. Educação Inclusiva.

Abstract: This article is the result of the Conclusion Work for the Specialization Course in School Neuropsychopedagogy at the Adventist Faculty of Bahia. The aim of the research is to understand the process of training basic education teachers in relation to the neuropsychopedagogical process and the ethnic-racial relations of black children with

disabilities. In this respect, our main intention is to learn about and discuss the contributions of neuropsychopedagogy to the process of initial and continuing training for teachers who work with students who are doubly stereotyped, stigmatized by social issues in the face of disability, which sometimes makes it impossible for them to develop socially and cognitively. The methodology that made the textual production possible as a result of this work is characterized by a bibliographical review that emerges from qualitative research. Therefore, the result of this research contributes to the understanding that basic education teachers, when faced with black students and those with special educational needs and/or disabilities, need to revisit the habit of teaching, using the contributions of neurosciences, especially Neuropsychopedagogy, but freeing themselves from any form of discrimination. In addition to perceiving black individuals in their entirety and reflecting on the importance of their position as agents of change in the realities of these students who live with the intersectionalities of disabilities and ethnic-racial issues.

Keywords: Teacher training. Neuropsychopedagogy. Ethnic-racial relations. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

A formação de professores é uma base fundamental e essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Quando abordamos a prática Neuropsicopedagógica no contexto da educação, é possível considerar as complexas interseções entre as relações étnico-raciais e as experiências de crianças negras com deficiência. Essa discussão exige uma abordagem sensível e aprofundada, visando a promoção de uma educação que respeite a diversidade em todas as suas dimensões.

Para compreendermos o processo de formação de professores que atuam em escolas públicas e que se deparam com crianças negras e com necessidades educacionais especiais, objetivando compreender os reais desafios da prática docente foi necessário fomentar estudos e reflexões sobre o processo de formação docente. E com isso, esta pesquisa pode ser reservada como um material para compreender que a forma como as leis regem e orientam a formação docente está muito distante de propiciar aos futuros e aos já professores uma formação que de fato os torne apto a atender e ensinar com responsabilidade e equidade. Levando em consideração o aluno como um ser plural e diverso.

A realidade das crianças negras com deficiência é marcada por desafios específicos que demandam uma atenção especial no âmbito educacional. Tais desafios incluem não apenas as barreiras físicas e cognitivas, mas também as questões sociais e culturais que permeiam suas vidas. Nesse contexto, a prática Neuro psicopedagógica surge como um suporte essencial, capaz de integrar conhecimentos sobre o funcionamento cerebral, processos de aprendizagem e as particularidades de cada aluno.

A educação inclusiva ocupa um papel fundamental no desenvolvimento da docência,

promovendo um ambiente de aprendizado que acolhe a diversidade e garante igualdade de oportunidades para todos os alunos. Para lidar adequadamente com alunos negros e com deficiência, é essencial que os profissionais da educação reflitam profundamente sobre seu papel como transformadores das realidades desses estudantes. Isso envolve uma compreensão das especificidades culturais e das necessidades individuais, bem como o compromisso com a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Além de uma reflexão crítica sobre suas práticas, os educadores precisam de formação contínua e específica para atender às diversas demandas de seus alunos. Esse desenvolvimento profissional deve incluir uma sólida base em pedagogia inclusiva e uma integração efetiva com as neurociências. As neurociências oferecem conhecimentos valiosos sobre o funcionamento do cérebro e os processos de aprendizagem, permitindo aos professores desenvolver estratégias mais eficazes e adaptadas às necessidades de cada aluno.

A abordagem consciente das relações étnico-raciais se torna crucial nesse processo, uma vez que as crianças negras com deficiência frequentemente enfrentam estigmas e preconceitos adicionais. A formação de professores, portanto, deve contemplar não apenas práticas pedagógicas inclusivas, mas também vivenciar o processo de sensibilização para lidar com a diversidade étnico-racial de forma afirmativa, promovendo ambientes educacionais que respeitem e valorizem as identidades múltiplas presentes em sala de aula.

A pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, que permite a identificação de padrões e tendências no campo de estudo, ajudando a formular hipóteses e direcionar futuras pesquisas. Dessa forma, o método, também possibilita a compreensão das complexidades e nuances dos fenômenos investigados, proporcionando uma visão abrangente e aprofundada. Para tanto, foi realizada uma análise cuidadosa das Leis que regulamentam a Educação Básica: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Lei Brasileira de Inclusão, as Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia; que asseguram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e o Estatuto da Igualdade Racial.

Ao refletir sobre o desenvolvimento do processo de formação docente para a Educação Básica, tange como objetivo geral: compreender o processo de formação de professores da educação básica frente ao processo neuropsicopedagógico e as relações étnico-raciais de crianças negras com deficiência. Para o andamento da discussão, pauta-se nos objetivos específicos em a) dialogar a respeito da importância e das contribuições da Neuropsicopedagogia para a formação de professores da educação básica; b) analisar o fazer pedagógico frente a educação especial e às relações étnico-raciais.

É interessante que este trabalho venha suscitar e fomentar uma discussão pertinente sobre a proposição de que não existiria um aparato legal que garanta o atendimento especial para alunos

negros com deficiência. Mas sabemos que a Inclusão engloba todas as pessoas com as deficiências. Independentemente da cor, do gênero ou da classe social.

Deste modo, a proposta é dialogar sobre possíveis estratégias e metodologias oriundas da Neuropsicopedagogia que viriam a contribuir para o processo de formação de professores da educação básica que teriam alunos negros com deficiências como seu público.

METODOLOGIA

O aspecto metodológico da pesquisa parte do princípio de uma natureza qualitativa, uma vez que, na produção deste artigo, não tratamos de dados quantitativos no sentido de coleta de números. O recorte temporal da pesquisa apresentada é de cinco anos, compreendendo o período de 2018 ao ano de 2023. Vale salientar, que o levantamento dos trabalhos assumiu um aspecto de revisão de literatura, de modo a analisar as produções cuidadosamente para tornar possível a natureza qualitativa desta pesquisa. Neste aspecto em que nos debruçamos sobre a revisão bibliográfica levamos muito em consideração a contribuição de Noronha e Ferreira (2000, p. 191) ao refletirem que a revisão de literatura consiste em:

estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada

Portanto, ao analisar as produções referentes à nossa temática realizamos uma atenta análise da produção bibliográfica na área atrelada ao nosso tema. Para obtermos uma visão ampla do campo da pesquisa e posteriormente enfatizar os encontros no que diz respeito as rupturas que assumem caráter de exclusão daqueles materiais que não contribuiriam com efeito para a produção dos passos seguintes para a construção do nosso artigo.

Para tanto, o levantamento bibliográfico, foi realizado em repositórios acadêmicos tais como BDTD, plataforma CAPES, Google Acadêmico e Scielo. Para garantir o aspecto científico da nossa pesquisa e produzir um material que deveras viesse a contribuir para as futuras pesquisas que virão a ser desenvolvidas posteriormente ao período do nosso recorte temporal. O critério de exclusão de muitos trabalhos, foi o fato de diversos deles estavam muito distantes da nossa temática.

3. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação Especial é uma modalidade de ensino direcionada aos educandos que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação. Este conceito está definido na Lei nº 9.394 de 1996 que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 58. De acordo com o inciso 3º da LDB, esta modalidade de ensino tem início na educação

infantil e se estende durante toda a educação básica e ao longo da vida.

O público-alvo da educação especial está definido nos registros da Lei nº 13.146 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da que em seu artigo 2º descreve o seguinte da seguinte forma:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), foi pensada com o objetivo de assegurar e de promover o exercício efetivo dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania, conforme podemos constatar em seu artigo 1º. Todas as pessoas com deficiência têm direito à igualdade de oportunidades com relação às demais pessoas e, segundo o que nos orienta o inciso 1º, do artigo 4º de LBI, não serão submetidas a nenhuma forma de discriminação, restrição ou exclusão.

Todos nós temos direito à educação garantida pela legislação, observando os princípios da universalidade e da igualdade. No entanto, faz-se necessário refletir acerca dos perfis dos indivíduos, para que não haja impedimentos ao acesso e à permanência nos sistemas de ensino. Para tanto, há que se observar no que tange às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), que é imprescindível a existência de condições reais de oferta de uma educação que verdadeiramente assegure aos educandos que fazem parte da educação especial e a garantia de condições efetivas para o seu pleno desenvolvimento.

Quando nos propomos refletir a respeito da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais de imediato somos convidados a ponderar sobre as diversas formas de relações socioeducativas que se estabelecem no ambiente escolar. E umas delas, não menos importante que as outras, é a inter-relação destes alunos com os seus professores. E é sobre este agente socioeducativo que queremos nos debruçar e analisar como acontece a sua formação para a atuação frente aos educandos com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

O artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), atribui responsabilidade ao poder público para assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o aprimoramento dos sistemas educacionais, objetivando a garantia de condições de acesso e de permanência aos sistemas de ensino ofertado para as pessoas neurodiversas. Além de adotar programa de formação inicial e continuada para que os professores sejam capazes de desenvolver a sua prática docente e o atendimento educacional especializado.

Esta análise está bem ressaltada no texto das Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia, em seu tópico referente à formação para a prática pedagógica inclusiva, aos nos chamar a atenção de que:

A presença desses diversos impõe a necessidade de se desenvolverem práticas pedagógicas que atendam às suas necessidades peculiares, que utilizem sistemas linguísticos, códigos próprios e deem acesso a materiais e equipamentos específicos e necessários para a sua aprendizagem. (Bahia, 2017, p. 79)

Como posto anteriormente, a presença desses alunos especiais coloca o professor diante de uma nova realidade: “o desafio de educar na diferença, que passa a ser uma prerrogativa da tarefa docente em tempos em que o território escolar está povoado por diferentes grupos socioculturais” Bahia (2017, p. 79).

No entanto, tal desafio não tem sido devidamente problematizado nas instituições de ensino superior, de modo a deixar de oferecer currículos ou componentes curriculares voltados para a educação especial, de maneira mais proficiente. O que nos leva a compreender e a identificar que existe um hiato entre o que é legitimado pelos instrumentos legais oficiais e o real perfil de formação de professores para atuarem na educação especial e de fato como este processo formativo docente acontece no interior das universidades que oferecem os cursos de formação para os professores da educação básica.

Os professores da Educação Básica, criam as suas práticas e as suas concepções com relação ao processo de ensino e aprendizagem, estando em consonância com o seu processo formativo, bem como com as suas vivências e visão de mundo. Portanto, conforme Andrade (2009, p.78), “tudo aquilo que não corresponde a esta forma de pensar e sentir torna-se invisível, estranho, marginal ou intolerável.”

Dito de outro modo, se os professores não conhecem as especificidades dos alunos que configuram o público-alvo da educação especial, ou se as conhecem e mesmo assim tem tido acesso a uma formação deficiente e ineficaz, quando acontece a negligência por parte das instituições acadêmicas que os formou, eles assumem uma postura baseada na exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, na medida em que os inclui em um modelo único modelo de educação, generalizando o formato de educar.

A Constituição Brasileira de 1988, nos assegura que a Educação é direito de todos. Porém, é indispensável refletir que o todo é composto por pessoas com várias especificidades e por grupos sociais com distintas necessidades, como é o caso dos alunos da educação especial. E compete também ao professor a responsabilidade de oferta da educação de qualidade, independente de suas diferenças, para não recair numa contradição. Como saliente Arroyo (2008, p.12):

Parte-se sempre da ideia de organização que os capacite para lecionar em qualquer escola, seja da cidade ou do campo, das periferias urbanas, seja para indígenas ou jovens e adultos. Os coletivos diversos seriam vistos como destinatários de última hora de um projeto comum de educação básica, conseqüentemente projeto único de docência e de formação. A diversidade tende a ser secundarizada. O que é visto como universal comum e único é determinante.

As diretrizes da educação Inclusiva no Estado da Bahia apontam em sua análise para o fato de que a secularização da diversidade, em virtude de um projeto de educação universal oferecem aos professores: “Programas construídos seguindo um modelo único de concepção de homem, de processos de ensino-aprendizagem, de escola, de sociedade e de cultura, nos quais os educadores são preparados [...] para efetuarem algumas adaptações curriculares” (Bahia, 2017, p.80).

Observando a Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001, o que pode ser perfeitamente confirmado em seu artigo 18, pode-se compreender que os professores considerados capacitados para desenvolverem ações em classes comuns e que possuem alunos com NEEs são aqueles docentes que possam comprovar a inclusão de conteúdos sobre a educação especial em seu processo formativo de nível médio ou superior. Já os professores especializados em educação especial deverão possuir formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas.

O que podemos concluir neste ponto, harmonizando o nosso pensamento com a análise das Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia é que apesar das práticas legais garantirem quais são as exigências concernentes à formação docente para a educação especial, esses professores não se sentem aptos para assumirem tal desafio. O que nos obriga a realizar a seguinte proposição: “Ou a legislação não está sendo devidamente cumprida ou ainda permanece uma invisibilidade por parte dos sistemas de ensino, no que tange a garantir o direito inegociável à educação dos estudantes público-alvo da educação especial” (Bahia, 2017, p. 82).

Ao refletirmos sobre a possibilidade de execução e oferta de uma educação especial e inclusiva são indispensáveis a formação e a atuação docentes para que seja possível pensar uma educação de qualidade diante do processo ensino-aprendizagem. Desta forma podemos observar o seguinte raciocínio:

A lacuna na formação de professores é apontada por vários autores [...] como uma das dificuldades mais significativas para a efetivação do processo de inclusão. Aqui identificada na categoria angústia pela percepção de formação insuficiente em que se verifica que é inevitável sentimento de angústia que brota na construção do desespero para lidar com as crianças de inclusão (Tavares, Santos e Freitas, 2016, p. 534)

Deste modo, este sentimento de despreparo e de insegurança pode estar atrelado a uma formação deficiente dos professores para a educação básica que temo como público os alunos especiais.

Para Tavares, Santos e Freitas (2016, p. 538), é que os cursos de formação docente “ofereçam mais oportunidades de práticas com crianças com deficiência, como estágios em salas inclusivas e vivência com essas pessoas, para que a experiência e a discussão possam inclusive promover uma visão de fato inclusiva”. Pois, para estes autores, “existe um distanciamento entre o que se propõe e o que realmente é cumprido.”

De acordo com Michels (2005, p. 2)

Para a democratização da escolarização de alunos com deficiência, por meio de sua inclusão no ensino regular, terão que ser superadas as barreiras impostas pelos educadores não especializados e modificadas as práticas escolares nas perspectivas da assimilação [...] das mais diversas culturas linguísticas, étnicas e físicas (Michels, 2005, p. 271)

Como bem ressalta Michels (2005), os educadores precisam superar em muito os entraves que ainda impedem a sua prática docente para um atendimento pedagógico que inclua os alunos com NEEs em um processo mais amplo e diverso, com igualdade e que de fato faça acontecer a escolarização dessas crianças especiais. E como um exemplo de barreira a ser superada é o modelo médico-psicológico que influencia as formações dos currículos diante dos cursos de formação dos professores que objetivam lecionar nas escolas regulares da educação básica. Onde estão matriculados os diversos alunos da educação especial.

Segundo Thesing e Costas, (2017, p.1), a perspectiva epistemológica assumida pelos professores a respeito da construção do conhecimento “está relacionada à forma como os professores pensam e organizam suas práticas pedagógicas voltadas aos processos de ensinar e aprender nas escolas”.

Desta forma, seria interessante salientar que para além das questões de formação acadêmica a qual os professores que se dispõem a lecionar no ensino regular da educação básica se submetem, existe uma mentalidade, bem como uma visão de mundo e de construções de saberes sócio-históricos que permeiam a prática docente. Sendo que é de extrema relevância perceber que a visão de educação desses docentes e como eles percebem os sistemas de ensino e se posicionam enquanto professores e agentes de transformação da sociedade e das comunidades escolares que recebem tanto alunos do ensino regular, quanto aqueles que possuem necessidades educacionais específicas.

Para Machado, (2011, p. 211-212):

Ao compreender a formação docente como uma experiência formativa que capacita teórico-metodologicamente os professores para o trabalho pedagógico nas escolas, consideramos que as formas como se pensa sobre o conhecimento influencia diretamente as ações docentes, como organizar o currículo, escolher os materiais didáticos, planejar as atividades, avaliar os resultados [...]

A formação docente é vista como um processo abrangente que envolve o desenvolvimento de habilidades teóricas e metodológicas. Isso significa que os professores são preparados para entender profundamente as teorias educacionais e as metodologias de ensino, permitindo que eles apliquem esses conhecimentos de maneira eficaz em suas práticas pedagógicas.

De acordo com Thesing e Costa (2017), a formação docente deve ir além dos aspectos da compilação de teorias, habilidades e saberes. Uma formação de professores exige mais que um conjunto de técnicas. Requer uma preparação que evite a alienação e garanta pressupostos para a transformação de vidas através da educação:

Formar professores não deve ser apenas no sentido de lhe oferecer formação técnica. Antes, estes docentes necessitam de formação enquanto agentes aptos

a criar e a transformar (e ressignificar) suas práticas profissionais, oferecendo-lhes habilidades tanto para o mundo do trabalho, quanto para o mundo da vida. Objetivando evitar a alienação a qual o mercado de trabalho lhes acometer. (Thesing e Costa, 2017, p.2)

Ao nos remetermos ao tema da formação docente no contexto da inclusão Nascimento, (2017, p. 50), contribui para a nossa reflexão pontuando que:

No que se refere à educação, as diretrizes definidas pelo MEC que regulamentam a formação docente também precisam ser efetivadas para garantir um sistema educacional inclusivo [...] e no que diz respeito ao papel dos formadores, ou seja, os professores universitários, aponta-se que há um despreparo dos mesmos, o que implica em uma contribuição pouco significativa para os cursos de licenciatura, no campo da educação inclusiva, por não terem formação na área e nem buscarem capacitação

Este pensamento nos leva a entender que para que haja a garantia de um sistema educacional de fato pautado no princípio da inclusão as diretrizes do Ministério da Educação devem ser validades e consolidadas. Uma vez que muitas normativas estão definidas pelas leis, mas não são verdadeiramente postas em prática. E essas disparidades do que está escrito nos textos legais e a maneira como de fato o processo de formação docente se dá inviabilizam a garantia mais ampla e satisfatória do referido sistema de educação deveras inclusivo.

Da mesma forma, aqueles docentes dos cursos de formação de professores que deveriam ofertar qualidade de ensino para os novos professores que atuarão na educação básica muitas vezes não contribuem da maneira que deveriam. Esta é uma questão bastante complexa, já que os docentes dos cursos universitários de graduação de novos professores acabam por ofertar a uma formação medíocre e por vezes insuficientes. Problemas tais que desencadearão no surgimento de docentes cada vez menos preparados para atuarem no universo tão diverso que é a educação básica da escola regular, ambiente povoado por alunos de diversas etnias e as necessidades educacionais especiais.

4. A IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOPEDAGOGIA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Para Moreira, (2019, p. 6) “a Neuropsicopedagogia [...] é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos das neurociências que estuda o sistema nervoso e a sua atuação no comportamento humano tendo como enfoque a aprendizagem.”

A partir deste conceito, faz-se necessário discorrer acerca da importância e das efetivas contribuições da Neuropsicopedagogia para a atuação de professores da educação básica regular e de quais formas a ciência que estuda a relação entre o cérebro e o comportamento humano pode ajudar estes docentes a avançarem no processo de ensinar e de aprendizagem envolvendo as crianças com necessidades educacionais especiais.

A Neuropsicopedagogia cria possibilidades de compreensão e entendimento de como ocorrem as conexões entre o cérebro a aprendizagem no âmbito educacional (Moreira, 2019). Mas o que se

apresenta enquanto desafio é entender como a formação docente tem sido desenvolvida e a maneira de processamento e de atuação desses professores frente ao desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, e o uso que se faz de seus conhecimentos da Neuropsicopedagogia enquanto corrobora com a intervenção pedagógica. Uma vez que a os saberes Neuropsicopedagógicos constituem, segundo a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia:

[...] uma ciência transdisciplinar nos conhecimentos da Neurociência aplicada à educação, com interface da Pedagogia e Psicologia Cognitiva que tem como objeto de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana, numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional. (SBNPp, 2014)

Esta contribuição referenciada na Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia é de fato muito esclarecedora. Uma vez que nos leva a refletir sobre o fato de que os conhecimentos acerca das relações que se estabelecem entre o funcionamento do sistema nervoso e as capacidades de aprendizagem humanas são de fundamental importância para a formação e daqueles professores que atuarão com crianças e adolescentes neurodiversas. Dito de outra forma, se os professores em formação inicial e até mesmo continuada não conhecerem tal relação não estarão aptos a lidar com a neurodiversidade das crianças.

De acordo com Santos (2021) “a Neuropsicopedagogia e a Psicologia apresentam-se como atuações profissionais que contribuirão de forma significativa no contexto escolar de forma a promover saberes de áreas importantes para o processo de ensino-aprendizagem”. (Santos, 2021, p.22).

Pode-se obter diante do parágrafo anterior e toda a sua relevância a compreensão que versa sobre o fato de que a Pedagogia, bem como os professores que atuam com o público-alvo configurado por crianças com necessidades educacionais, faz uso dos conhecimentos produzidos pelos psicólogos e os Neuropsicopedagogos para instrumentalizar a prática e a vivência docente. De tal forma que os saberes das neurociências reverberem na qualidade de ensino.

Para Consenza e Guerra, (2011, p.28), “o que se pode esperar das neurociências não é solucionar os problemas de aprendizagem, muito menos a proposta de uma “nova pedagogia”. Antes, as neurociências podem “fundamentar a prática pedagógica que se realiza com sucesso e orientam ideias para as intervenções”. Assim, é possível entender que quando as estratégias de ensino respeitam a forma como o cérebro funciona a tendência é a efetivação de práticas pedagógicas mais eficientes.

De acordo com Santos (2021, p.28) “é importante ressaltar que o conhecimento de um Neuropsicopedagogo os qualifica para a difícil tarefa de compreender os processos cognitivos, em especial as dificuldades e transtornos de aprendizagem que dificultam a prática pedagógica em relação aos alunos com deficiência”.

No entanto, vale ponderar sobre o fato de que muitos professores não tem acesso a uma

formação docente inicial que ofereça componentes curriculares para a prática pedagógica frente às necessidades educacionais especiais dos alunos. Quando sim, apenas as disciplinas de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e Psicologia da Educação que, por sua vez, é ministrada superficialmente.

Logo, percebemos que:

O referido profissional [psicopedagogo] busca junto aos alunos compreendê-los, analisá-los em suas demandas e desenvolver estratégias de intervenção coerentes com as necessidades de cada um ser aprendente. Logo, desenvolvendo um trabalho inclusivo frente às dificuldades de aprendizagem. (Santos, 2021, p. 28)

Entendemos aqui a verdadeira e eficaz contribuição do neuropsicopedagogo para uma atuação diante dos processos de ensino-aprendizagem em consonância com a prática docente. No entanto, o que nos preocupa é a realidade no interior das unidades escolares. Bem como o processo precário de formação de professores. De modo que estes muitas vezes não têm acesso a um processo de formação inicial e/ou continuada para agregar boas práticas, conhecimentos e as competências da Neuropsicopedagogia para se sentirem aptos enquanto agentes, de fato, das realidades de crianças com necessidades educacionais especiais.

O profissional da Neuropsicopedagogia cria inúmeras possibilidades de metodologia e aprendizagem “impactando positivamente” o ensino. (Santos, 2021), colaborando para que o trabalho dos professores da educação básica seja mais eficiente e produtivo. Satisfazendo as necessidades dos professores e garantindo o acesso destas crianças neurodiversas a educação de fato especial e inclusiva.

Em verdade, nem todas as escolas podem contar com a ajuda profissional do campo da Neuropsicopedagogia. Assim como existem unidades escolares do ensino fundamental em que muitos professores desconhecem o seu campo de atuação e a importância do neuropsicopedagogo, no entanto:

A atuação do neuropsicopedagogo na escola é essencial para a inclusão, visto que seu trabalho coincide com a prática educacional inclusiva, sempre considerando, respeitando e compreendendo as necessidades de cada ser [...], bem como desenvolvendo estratégias metodológicas para atender a cada necessidade. (Santos, 2021, p. 32)

Através das contribuições da Neuropsicopedagogia e dos saberes oriundos destes profissionais inseridos no contexto escolar atrelados à atuação dos professores, ou integrados a sua formação enquanto docente torna-se possível compreender o funcionamento do cérebro do indivíduo e seus processos cognitivos. Além de tornar possível a proposta de alternativas no processo educativo para que a inclusão das crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem seja possível.

5. A PRÁTICA DOCENTE E ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DE ALUNOS NEGROS COM DEFICIÊNCIA

Ao nos remetermos aos termos associados tais como prática docente e educação especial, propomos uma reflexão sobre as estratégias, as vivências escolares, os recursos e as metodologias utilizadas no âmbito escolar e no desenvolvimento de atividades didáticas. Mas queremos propor aqui uma reflexão a respeito de como os professores têm atuado no atendimento aos alunos com deficiências e que ao mesmo tempo sofrem por serem crianças negras deficientes.

Os desafios de ensinar e de desenvolver trabalhos para o processo ensino e de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais já se apresenta como um grande desafio para os professores da educação básica e do ensino regular. Mas quando essas deficiências atingem crianças negras os saberes na Neuropsicopedagogia e das neurociências devem ser mais enfatizados e explorados na atuação efetiva do corpo docente na intenção social de promover acesso e permanência a uma educação verdadeiramente igualitária, proveitosa e inclusiva.

A educação é um direito de todos sem nenhum tipo de discriminação. E deve ser garantido independentemente de condições sociais, econômicas, culturais ou físicas. No entanto, ao nos depararmos como regimentos legais que asseguram o direito à educação, estabelecendo um diálogo entre a Constituição Federal de 1988, a LDB, o Estatuto da Igualdade Racial e as Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia, perceberam que estas leis e os instrumentos oficiais estão para além de refletirem discutir sobre a questão concernente às crianças negras com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Para Freitas (2022, p.3) “O fenômeno da inclusão de pessoas negras com necessidades educacionais especiais precisa driblar estereótipos pejorativo que as descrevem a partir de referências marginais que os invisibilizam socialmente”. Embora o reconhecimento e oficialização da educação especial seja um avanço significativo para os alunos que configuram a comunidade neurodiversa, sendo matriculados em classes escolares regulares, ainda precisamos pensar acerca dos alunos que além de fazerem parte da educação especial também são negros.

Para Freitas, (2022, p. 4) faz-se necessário uma reflexão sobre os educandos negros com deficiência. Discussão tal que possibilite a identificação dos descaminhos do processo de inclusão da pessoa negra com NEEs na escola e na sociedade. Uma vez que:

A pessoa com NEEs lida cotidianamente com uma série de confrontos que representam um considerável desafio social, pois dificilmente os sujeitos que fogem ao “padrão”; estabelecido pelo imaginário social hegemonicamente idealizado, conseguirão unir-se e/ou integrar-se na sociedade sem lidar com a violência da discriminação, a desigualdade e, conseqüentemente, com o fenômeno da exclusão. (Freitas, 2022, p.3)

Ao referirmo-nos à educação enquanto direito básico do cidadão, percebemos lacunas significativas no que diz respeito a “assegurar a dignidade e o valor dos sujeitos com NEEs” e o

empobrecimento desta política. Já que, ao direcionar as políticas voltadas para a educação impera um “enquadramento educacional” e um padrão que “reprime as subjetividades” e necessidades, ao “uniformizar as formas de ensino”, como ressalta Freitas (2022, p. 18).

Porém, a flexibilidade do currículo da educação básica e o processo de formação docente inconsistente não permitem alcançar as especificidades que constituem o universo de representatividades múltiplas de alunos com necessidades educacionais especiais e que são negros.

A Constituição Federal de 1988, versa sobre a construção de uma sociedade livre, justa e democrática. Contanto que possibilite a erradicação da pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais, e ainda a promoção do bem de todos. Mas, segundo Freitas (2022, p. 6):

Ao analisar cuidadosamente a Lei n^o 13.146, a partir de uma perspectiva afrocentrada, observa-se que não há uma aproximação de debate da Educação Inclusiva com a questão das relações étnico-raciais. A LBI não trata das peculiaridades do perfil cultural, social, familiar, político, econômico da população negra com NEEs, o que gera um sentimento de abandono legal no combate à discriminação, principalmente ao não considerar os estereótipos que levam à marginalização e à segregação da população negra, fato que dificulta [...] O processo de inclusão.

Para Freitas (2022, p. 22) “o que promove de fato uma sociedade inclusiva são os próprios posicionamentos que cada indivíduo apresenta frente ao que é diferente.” Então de que forma tem sido a atuação dos professores que lidam no âmbito de educação básica ao se depararem com alunos negros “duplamente marginalizados”, quando também deficiente?

É fundamental aqui para a nossa proposta entender como os docentes interagem e como as crianças negras com necessidades educacionais especiais, em um universo tão complexo que é a escola. Estas crianças negras com deficiência constituem-se em um ponto de intersecção entre o ser negro e ao mesmo tempo ser criança com NEEs.

De acordo com Melo (2014, p. 22), no texto *Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma* assim descreve este ponto de intersecção que afeta os educandos negros-deficientes:

Duplo estigma se refere a uma estigmatização associada ao desenvolvimento de preconceitos, justificção de discriminação e exclusão social gerada pela ameaça à identidade de sujeitos pertencentes a uma categorização social dupla, que ocasionalmente é estigmatizada. (Melo, 2014, p. 22)

A educação escolar, segundo Gomes (2012, p.24), “apresenta-se como uma área central para a realização de uma intervenção positiva na superação de preconceito, estereótipos, discriminação e racismo”. No entanto, esta intervenção só será positiva se, com efeito, os preconceitos forem superados e a comunidade escolar, em especial os professores, se desvencilhem dos referidos estereótipos e stigmas oriundos da discriminação e do racismo: Problemas em que os estudantes sofrem duplamente. Ora por serem público-alvo da educação especial; ora por serem, ao mesmo tempo, estudantes, crianças e adolescentes negros com deficiência.

Dessa forma, a Lei Federal nº 10. 639 de 2003 é um instrumento que caminha rumo à valorização da identidade, a partir da obrigatoriedade do Ensino de História dos negros no Brasil. O que para nós significa um processo de construção e/ou reafirmação das identidades sócio-históricas dos estudantes negros e é indiscutivelmente uma política educacional objetivando o sentido de pertencimento à cultura afro-brasileira. Quando não menos a valorização das subjetividades históricas e a historicidade dos povos negros originários da formação do povo brasileiro e da história do Brasil.

Quando as escolas do ensino regular recebem alunos negros com necessidades educacionais especiais salientamos a obrigatoriedade do ensino da história dos povos negros no Brasil conforme a lei nº 10. 639 e o Estatuto da Igualdade Racial, ainda são impotentes e incapazes de problematizar e apresentar há garantia de direito a um sistema de ensino igualitário e eficaz que atenda estas crianças negras e que desenvolvam, sem secundarização, ações e práticas pedagógicas vislumbrando tanto a questão racial quanto a neurodiversidade destes estudantes.

De acordo com Melo (2014), ressalta que a estigmatização de pessoas negras e com deficiência impacta negativamente na autoestima e na autoimagem dessas pessoas que interseccionam o ser negro com o ser deficiente. E aqui se pode perceber a real importância das contribuições neuropsicopedagógicas indispensáveis ao processo de formação docente. Para que a educação especial não crie mais segregação e outros modelos de discriminação e negligência diante dos sistemas educacionais brasileiros. Evitando a manutenção de processos excludentes e discriminatórios de alunos deficientes negros diante do processo de ensino e de aprendizagem da educação básica.

6. O HABITAR À DOCÊNCIA FRENTE AOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A ênfase recai sobre a ideia de que, durante o exercício da docência, o professor não apenas acumula conhecimento para repassar aos alunos, mas, mais fundamentalmente, aprende através da reflexão sobre sua própria prática. Ou seja, o ato de ensinar não se resume apenas em compartilhar ou construir conhecimentos, mas também envolve uma constante reflexão sobre as suas práticas metodológicas utilizadas, os resultados obtidos e as necessidades específicas dos alunos.

Essa abordagem sugere uma mudança de paradigma na formação de professores, destacando a importância de uma prática reflexiva como parte integrante do processo educativo. Para tanto Silva; Souza (2022, p.3), definem que “O professor assume um papel ativo, construindo saberes a partir de suas práticas durante o habitar a profissão, momento em que desenvolve e depreende saberes da docência que são tecidos nas relações pedagógicas e nas práticas educativas”.

Tal movimento implica que os professores devem ser incentivados a analisar criticamente suas abordagens de ensino, identificar áreas de melhoria e adaptar suas práticas para atender às necessidades individuais dos alunos.

A formação de professores deve assumir a prática centrada na aprendizagem dos alunos e também como lugar de reflexão e de formação tanto para os discentes quanto para os docentes. Sendo assim, no exercício da docência, ele aprende refletindo sobre a sua prática, e não acumulando conteúdo para transmitir aos estudantes (Silva e Souza, 2022, p.9-10)

Muito frequentemente podemos nos deparar com trabalhos científicos e pesquisas acadêmicas dialogando e refletindo sobre as práticas e as metodologias docentes nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica.

Dessa forma, Gagliato (2023, p. 131-132), destaca que habitar a profissão docente:

[...] habitar a profissão docente, segue o princípio de uma imersão profunda e constante no ambiente educacional, indicando que o professor constrói conhecimentos significativos ao longo do tempo, à medida que se envolve de maneira ativa e contínua em sua prática profissional. Esse movimento enfoca a natureza ativa, dinâmica e integrada do papel do professor na construção de conhecimento, destacando a importância das práticas diárias e das relações pedagógicas nesse processo

Dessa forma, a prática docente não é apenas uma ocupação, mas sim um processo contínuo de imersão no ambiente educacional. O professor não apenas constrói conhecimento. Isso significa que a experiência de ensinar não se limita ao ato de instruir os alunos, mas envolve um comprometimento profundo com as práticas diárias e as relações pedagógicas. Portanto, o professor não apenas ensina, mas também aprende e se desenvolve continuamente, integrando teoria e prática de forma dinâmica e significativa.

De acordo com Nóvoa (1999), a formação continuada constitui-se enquanto processo crítico e de reflexão dos saberes docente. Ou seja, diante do processo de formação o professor acaba por refletir a sua ação enquanto professor ao tempo em que constrói autocrítica da própria função que:

[...] a formação continuada assume um caráter prático e teórico, pois o docente realiza uma práxis educativa. Ou seja, não é um ato de pensar a prática, mas uma reflexividade crítica da prática, sobretudo por gerar um movimento de aprendizagem da docência pela imersão na prática profissional. (Silva e Souza, 2022, p.3)

É interessante para nós que se estabeleça aqui a devida visibilidade das inúmeras investidas dos profissionais em educação em todo o processo de habitar à docência e de perceber os desafios deste ofício no que se refere à educação especial inclusiva.

No sentido de que quando um professor reflete a sua profissão e o seu papel de educador, levando em consideração o espaço social escolar e todas as suas vivências e relações de diversidade e de pluralidade imanentes às representatividades dos seus alunos, em verdade esses profissionais acabam por ressignificar o ofício de ser docente, construir e refazer os seus aparatos cognitivos.

Dito de outra forma, ao pensar sobre ser professor e a foto de ocupar este espaço de poder de

transformação das realidades dos seus alunos, os docentes em processo de formação inicial ou continuada apresentam sua forma de pertencimento e as estratégias de aperfeiçoamento da profissão, na medida em que refletem as formas como exercem a docência. Segundo Silva e Souza (2022, p. 3-4), habitar a docência na educação básica:

[...] cria condições de formação que acontecem num movimento autorreflexivo, bem como em reflexões e aprendizagens que emergem da relação com o outro, com colegas de profissão, em que os princípios da horizontalidade são também relevantes para se compreender como a formação se constrói de modo permanente no interior da profissão docente.

O grande desafio do habitar a docência com relação à promoção da educação inclusiva é garantir aos professores a revisão e o aperfeiçoamento dos saberes construídos e socializados no universo escolar e no transcorrer do processo de ensinar e de aprender voltados para a diversidade e para a pluralidade do público que se encontra inserido no mundo da escola pública da educação básica.

Compreende-se, portanto, que esse movimento de habitar a profissão docente, frente ao processo de inclusão de alunos negros com deficiência, leva os professores:

[...] habitar a docência é vivenciar profundamente a experiência docente, internalizando a docência e contribuindo para a transformação contínua do ambiente educacional. É um movimento que convoca e nos provoca enquanto docentes, para a imersão na profissão, a docência não é apenas uma prática, mas uma forma de habitar o mundo do conhecimento e da aprendizagem (Gagliato, 2023, p. 134)

Para Freitas (2022), em seu texto *Educação Inclusiva e Relações étnico-raciais: uma análise interseccional afrocentrada* “o que promove de fato uma sociedade inclusiva são os próprios posicionamentos que cada indivíduo apresenta frente ao que é diferente” Freitas (2022, p. 22). Nesse sentido, ao pensar a questão de crianças negras com deficiência é, de maneira muito proveitosa, pensar o habitar a docência de modo a reformular os conhecimentos para ofertar às crianças negras neurodiversas o acesso a um sistema de ensino e aos professores que estejam a cada dia mais comprometidos com a docência e com a oferta de uma educação especial inclusiva, diversa e plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe à baila a relevância da formação docente no contexto da Neuropsicopedagogia e das relações étnico-raciais, especialmente no atendimento de crianças negras com deficiência. Por intermédio de uma análise bibliográfica, evidenciou-se que os professores, sobretudo da educação básica vivenciam diversos desafios que atravessam sua prática docente ao lidar com alunos que sofrem dupla estigmatização devido à sua raça e necessidades educacionais especiais (NEEs).

Ao longo do percurso da pesquisa, torna-se evidente uma lacuna no processo de formação de professores, que dificulta uma a inclusão efetiva desses alunos. Dessa forma, a formação e específica em Neuropsicopedagogia, mostra-se por meio dos estudos ser essencial para proporcionar aos docentes uma abordagem para atender as necessidades complexas dos alunos com deficiência no âmbito escolar, tornando um processo mais justo e equitativo. A inclusão não deve ser apenas uma prática pedagógica, mas um compromisso ético e social de toda a comunidade escolar.

Além disso, a legislação existente, embora tenha o reconhecimento das necessidades especiais, pouco se avança quando comparado ao longo de todo o percurso histórico-social das pessoas com deficiência, sobretudo na intersecção no que tange as questões étnico-raciais. A ausência de uma abordagem afrocentrada na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), e outras políticas educacionais limita a eficácia dessas medidas inclusivas.

Ao longo dessa travessia, o habitar à docência, emerge, portanto, como um chamado para que os professores se tornem protagonistas ativos de movimento de mudança, capazes de transformar as realidades de seus alunos e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, é crucial que as políticas educacionais sejam revisadas e ampliadas para incluir especificamente a formação docente focada na interseccionalidade de raça e deficiência. A implementação de programas de formação que abordam diretamente essas questões pode transformar a prática docente, promovendo a valorização da diversidade e a inclusão real de todos os estudantes.

Para que o caminho frente à educação inclusiva passa torna-se um percurso real, há necessidade de que a formação de professores seja revisitada através de um esforço conjunto entre políticas públicas eficazes, contínua e uma prática pedagógica inclusiva poderemos avançar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Simone Santos Barbosa de. **Educar na diferença**: imagens e concepções docentes sobre o processo de letramento do surdo na Educação de Jovens e Adultos. 2009.

ARROYO, Miguel. Introdução: Os coletivos diversos repolitizam a formação. In: DINIZPEREIRA, Júlio; LEÃO, Geraldo (Orgs.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BAHIA. **Secretaria da Educação**. Superintendência de Políticas para Educação Básica. Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Educação, 2017. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL, **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 Out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 11 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 01 Jan. 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 07 jan. 2024.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociências e Educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREITAS, A. S.; GROSSI, G. L.; MELO, E. C. Educação inclusiva e relações étnico-raciais: uma análise interseccional afrocentrada. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 27, p. 1–17, 2022. DOI: 10.24220/2318-0870v27e2022a5428. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5428>. Acesso em: 11. jan. 2024.

GAGLIATO, J. F. **Constituição da identidade docente de bacharéis em engenharia: narrativas do habitar a docência na universidade**, 2023, 159 f., Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003. Brasília, DF: UNESCO, 2012.

MACHADO, N.J. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, Carlos Vinícius Gomes. **Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma**. 2014. 187f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

MICHELS, Maria Helena. **Paradoxos da formação de professores para a educação especial: O currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico**. 2005.

MOREIRA, Nivaldo Emídio. **A Psicopedagogia e a Neuropsicopedagogia na Intervenção Pedagógica da Aprendizagem como ferramenta na Formação Continuada de Professores**. 2019.

NASCIMENTO, Edlene Araújo do. **Perspectivas da formação docente no contexto da inclusão de pessoas com deficiências no ensino regular** -Salvador, 2019.

NORONHA, Daisy P.; FERREIRA, Sueli M. S. P. **Revisões de literatura**. In: CAMPELO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs) Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. Porto: Porto, 1999.

SANTOS, D. M. **A Neuropsicopedagogia e a Psicologia no âmbito escolar como recurso facilitador da promoção da aprendizagem dos alunos com deficiência.** 2021.

SBNPP. Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia. **Resolução 05 de 12 abril de 2021:** Código de ética técnico-profissional da Neuropsicopedagogia. Disponível em: www.sbnpp.org.br . Acesso em: 10 jan. 2024.

SILVA, F. O. da; SOUZA, G. F. R. de. Formação permanente de professores no cotidiano escolar: o real e o possível. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 7, p. e8002, 2022. DOI: 10.25053/redufor.v7.e8002. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8002>. Acesso em: 10 jan. 2024.

TAVARES, L.M.F.L.; SANTOS, L.M.M.; FREITAS, M.N.C. **A Educação Inclusiva: Um Estudo sobre a Formação Docente.** 2016.

THESING, M.L.C. & COSTAS, F.A.T. **A Epistemologia na Formação de professores de Educação Especial: Ensaio sobre a Formação Docente.** 2017.